O PAPEL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS

VERA LUCIA COSTA CHAVES

RESUMO
Educação Especial é uma modalidade de ensino que atende estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (como o autismo) e altas habilidades/superdotação, garantindo que tenham acesso, permanência e participação plena no ensino regular, com apoio especializado e inclusão adequada. O foco é no atendimento personalizado, com o uso de recursos, materiais adaptados e estratégias pedagógicas diferenciadas para o desenvolvimento das potencialidades do aluno, promovendo sua inclusão na comunidade e no mercado de trabalho. O principal objetivo da educação especial é garantir que pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação tenham acesso à educação de qualidade e oportunidades educacionais iguais às demais pessoas. Isso envolve a adaptação do currículo, a oferta de recursos de acessibilidade e a promoção de um ambiente inclusivo. A inclusão não é apenas uma questão de acessibilidade física, mas também de atitudes e práticas que promovam a diversidade e a igualdade. Isso significa criar um ambiente acolhedor e suportável, onde as crianças com necessidades especiais se sintam valorizadas e respeitadas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial; Transtorno Global; Inclusão.

INTRODUÇÃO

A inclusão constitui-se como um princípio fundamental para a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária, baseada no reconhecimento, no respeito e na valorização das diferenças humanas. Mais do que um conceito abstrato, a inclusão representa um compromisso ético, social e político que visa assegurar a participação plena de todos os indivíduos nos diferentes espaços sociais, educacionais e culturais. No contexto educacional, a inclusão assume papel central ao garantir que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, culturais ou emocionais, tenham assegurado o direito à educação de qualidade desde a primeira infância.

A educação inclusiva fundamenta-se na promoção da igualdade de oportunidades, buscando superar desigualdades historicamente construídas e combater práticas excludentes que afetam, sobretudo, grupos socialmente vulnerabilizados, como pessoas com deficiência, minorias étnico-raciais, crianças em situação de vulnerabilidade social e outras populações marginalizadas. Nesse sentido, a inclusão escolar não se limita ao acesso à instituição educativa, mas envolve a permanência, a participação ativa e a aprendizagem significativa de todas as crianças no cotidiano escolar.

No Brasil, a inclusão é respaldada por um conjunto de dispositivos legais que orientam a organização dos sistemas educacionais. A Constituição Federal de 1988 assegura a educação como direito de todos e dever do Estado, garantindo igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 reafirma esse direito ao estabelecer que a educação deve atender à diversidade, assegurando atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reforça a necessidade de sistemas educacionais inclusivos, capazes de eliminar barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais, promovendo práticas que respeitem as singularidades dos estudantes.

A Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, ocupa lugar estratégico na consolidação de práticas inclusivas, uma vez que é nesse período que se estruturam as bases do desenvolvimento cognitivo, social, emocional e cultural da criança. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reconhece a criança como sujeito de direitos e destaca a importância de práticas pedagógicas que valorizem as interações, as brincadeiras e as experiências, respeitando os diferentes ritmos e modos de aprender.

Nesse contexto, o professor de Educação Infantil assume papel essencial na mediação das aprendizagens e na construção de ambientes educativos acolhedores, acessíveis e inclusivos.

A exclusão social e educacional, por sua vez, pode gerar consequências significativas para o desenvolvimento integral das crianças, refletindo-se em dificuldades de aprendizagem, problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão, além de comprometer a construção da autoestima e das relações sociais. Barreiras como o preconceito, a discriminação e a negação do direito à participação podem intensificar conflitos, favorecer situações de violência simbólica ou física e reforçar desigualdades sociais. Em contrapartida, a inclusão promove o reconhecimento do outro, fortalece vínculos afetivos e contribui para a construção de um clima escolar pautado no respeito mútuo, na cooperação e na convivência democrática.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível refletir sobre o papel do professor de Educação Infantil na construção de práticas pedagógicas inclusivas. O educador é agente fundamental na promoção da inclusão, pois é por meio de suas concepções, atitudes e estratégias pedagógicas que a diversidade pode ser reconhecida como valor educativo e não como obstáculo. Assim, discutir a atuação docente na Educação Infantil implica compreender como as práticas pedagógicas podem favorecer a inclusão desde os primeiros anos de vida escolar, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, participativos e socialmente comprometidos.

DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM

Distúrbios de aprendizagem são desafios específicos que afetam a capacidade de uma pessoa de aprender de forma eficaz. Isso pode incluir dificuldades com leitura, escrita, raciocínio lógico e até a compreensão de instruções. Não se trata de falta de inteligência, mas sim de como o cérebro processa informações.

São exemplos comuns de distúrbios dislexia, distortografia, e a discalculia. Cada um apresenta suas particularidades, mas todos eles podem afetar a vida do estudante. Algumas crianças podem ter problemas significativos para acompanhar o ritmo da classe, levando a frustração e desinteresse pelo aprendizado.

TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O autismo, também conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA), é um transtorno neuropsiquiátrico que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento. Pode apresentar dificuldades em se comunicar de forma eficaz, incluindo problemas com a linguagem verbal e não verbal, dificuldades em interagir com outras pessoas, incluindo problemas em entender e responder a sinais sociais, comportamentos repetitivos ou estereotipados, como movimentos corporais ou interesses específicos e sensibilidade aumentada ou diminuída a estímulos sensoriais, como luz, som ou toque. O termo “espectro” é utilizado porque o autismo se manifesta de diferentes formas e intensidades, variando de pessoa para pessoa.

O diagnóstico precoce é essencial para favorecer o desenvolvimento da criança, permitindo intervenções adequadas desde os primeiros anos de vida. O acompanhamento envolve a atuação de uma equipe multidisciplinar, com participação da família e da escola. No ambiente escolar, a inclusão é fundamental para garantir oportunidades de aprendizagem, socialização e desenvolvimento pleno. Com apoio adequado, pessoas com TEA podem alcançar autonomia, qualidade de vida e participação ativa na sociedade.

SÍNDROME DE ASPERGER

A Síndrome de Asperger é um transtorno neuropsiquiátrico que faz parte do espectro do autismo. É caracterizada por dificuldades de interação social e comportamentos repetitivos, mas com habilidades linguísticas e cognitivas preservadas. Pessoas com Asperger costumam apresentar interesses específicos e intensos, além de grande atenção a detalhes e preferência por rotinas.

Apesar dos desafios sociais, muitos indivíduos com Asperger possuem habilidades cognitivas elevadas, criatividade e excelente memória. Com apoio adequado da família, da escola e da sociedade, podem desenvolver plenamente suas potencialidades e par-

ticipar ativamente da vida acadêmica, profissional e social.

TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH)

A hiperatividade é um sintoma comum em várias condições médicas, incluindo o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): uma condição neuropsiquiátrica que afeta a atenção, a impulsividade e a atividade motora com movimentos excessivos como agitação, balanço de pernas ou braços, dificuldade de concentração e impulsividade e falta de controle sobre os impulsos. Geralmente se manifesta na infância, mas pode persistir na adolescência e na vida adulta.

Entre os principais sinais estão dificuldade de manter a atenção, organização deficiente, esquecimento frequente, inquietação motora e tomada de decisões impulsivas. O TDAH não está relacionado à falta de inteligência, mas sim ao funcionamento específico do cérebro, especialmente nas áreas responsáveis pelo controle da atenção e do comportamento.

O diagnóstico deve ser realizado por profissionais especializados, considerando avaliação clínica e histórico comportamental. O tratamento pode envolver acompanhamento psicológico, orientação à família e à escola, estratégias pedagógicas adaptadas e, em alguns casos, uso de medicação. Com apoio adequado, pessoas com TDAH podem desenvolver suas habilidades, alcançar bons resultados acadêmicos e profissionais e ter uma vida produtiva e equilibrada.

IMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Reconhecer esses e outros distúrbios é fundamental. Com isso, é possível traçar um caminho que envolve atenção e metodologias específicas. Afinal, a importância da inclusão escolar vai além de apenas aceitar todos os alunos. É preciso adaptar o ensino para que todos tenham oportunidades iguais de aprendizado.

A educação especial foca no atendimento e nos suportes educacionais diferenciados para os alunos com deficiências e outras necessidades específicas. E a inclusão promove a participação e a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas diferenças, dentro das escolas regulares, com atendimento personalizado, com o uso de recursos, materiais adaptados e estratégias pedagógicas diferenciadas para o desenvolvimento das potencialidades do aluno.

A inclusão vai além de garantir a matrícula de alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais; ela assegura condições reais de participação, aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as diferenças individuais e promovendo a equidade no ambiente escolar.

Quando a escola reconhece a importância da inclusão, passa a valorizar a diversidade como elemento enriquecedor do processo educativo. Nesse contexto, alunos aprendem a conviver com as diferenças, desenvolvendo valores como respeito, empatia, solidariedade e

cooperação. A inclusão contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para viver em sociedade, fortalecendo relações humanas mais justas e igualitárias.

Além disso, o reconhecimento da inclusão escolar impulsiona mudanças nas práticas pedagógicas, na formação docente e na organização da escola, tornando o ensino mais flexível e acessível. Ao promover um ambiente acolhedor e participativo, a escola garante que todos os estudantes tenham oportunidades reais de aprender e se desenvolver, contribuindo para a redução das desigualdades e para a construção de uma sociedade mais humana e inclusiva.

PILARES DA EDUCAÇÃO

Em se tratando de uma educação que promove inclusão escolar, faz-se oportuno destacar alguns de seus pilares:

Aprender a conhecer: Desenvolver a atenção, a memória e o pensamento para compreender a realidade, despertar a curiosidade e a capacidade de aprender a aprender.

Aprender a fazer: Aplicar o conhecimento na prática, desenvolver competências e habilidades para enfrentar diversas situações, trabalhando em equipe e desenvolvendo a criatividade.

Aprender a conviver :Viver em harmonia e cooperação, respeitando as diferenças individuais e culturais, construindo relações de respeito e diálogo.

Aprender a ser; desenvolver a personalidade, a autonomia e o senso crítico, atuando de forma responsável, consciente e capaz de agir.
Estes pilares são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, garantindo que todos tenham acesso a um processo educacional que contribua para o seu pleno desenvolvimento humano.
A educação especial busca assegurar o direito à educação; garantir que todos tenham acesso a um ensino de qualidade, independentemente de suas necessidades; promover a inclusão; criar um ambiente onde pessoas com deficiência, transtornos ou altas habilidades possam participar plenamente da vida escolar e social; adaptar o ensino justando o currículo, materiais e métodos de ensino para atender às necessidades individuais de cada aluno; oferecer recursos de acessibilidade, disponibilizando recursos como tecnologia assistiva, materiais adaptados e profissionais especializados para apoiar o processo de aprendizagem. Desenvolver potencialidades; promover o desenvolvimento integral dos alunos, incluindo aspectos intelectuais, sociais e emocionais; reduzir desigualdades combatendo as barreiras que impedem o acesso e a participação plena na educação e na sociedade.

OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial tem como objetivo garantir o direito à educação de qualidade para estudantes com necessidades educacionais específicas, assegurando o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem no ambiente escolar. Busca promover a inclusão educacional por meio de práticas pedagógicas adaptadas, recursos de acessibilidade e atendimento educacional especializado, respeitando as diferenças individuais e valorizando as potencialidades de cada aluno. Além disso, visa favorecer o desenvolvimento integral — cognitivo, social, emocional e físico —, estimulando a autonomia, a convivência social e a preparação para o exercício da cidadania, contribuindo para uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa.
A educação especial foca no atendimento e nos suportes educacionais diferenciados para os alunos com deficiências e outras necessidades específicas. E a inclusiva é o modelo mais amplo que promove a participação e a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas diferenças, dentro das escolas regulares.
A Educação Especial é uma modalidade de ensino que atende estudantes com deficiência, transtornos de desenvolvimento (como o autismo) e altas habilidades/superdotação, garantindo que tenham acesso, permanência e participação plena no ensino regular, com apoio especializado através do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais. O foco é no atendimento personalizado, com o uso de recursos, materiais adaptados e estratégias pedagógicas diferenciadas para o desenvolvimento das potencialidades do aluno, promovendo sua inclusão na comunidade e no mercado de trabalho. A família deve fazer a matrícula na rede regular, a escola do ensino regular deve matricular todos os alunos em suas turmas comuns. A criança deve ter atendimento em salas de recursos, o AEE é realizado em salas de recursos multifuncionais, onde professores especializados e capacitados oferecem suporte. A adaptações e recursos utilizados são alfabetos e numerais ampliados e com relevo, régua de madeira adaptada, entre outros e o ensino deve ser diversificado, com estratégias pedagógicas e o currículo são flexibilizados e personalizados para atender às necessidades individuais de cada aluno. proporcionar um ambiente educacional que se aproxime o máximo possível do ensino regular, buscando a inclusão social, fomentando a participação de alunos com necessidades especiais no contexto educacional mais amplo, promovendo a interação com seus pares sem deficiência e adaptando o ensino às necessidades específicas de cada aluno, considerando suas características e ritmo de aprendizagem.
A inclusão de crianças especiais é um direito fundamental que deve ser respeitado e promovido em todas as esferas da sociedade (ONU - CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA). Isso inclui a educação, onde as crianças com necessidades especiais devem ter acesso a oportunidades iguais e recursos adequados para desenvolver suas habilidades e potencialidades. Os professores, por sua vez, desem-

penham um papel fundamental na promoção da inclusão de alunos com necessidades especiais, conhecendo seus alunos, aprendendo sobre as necessidades e habilidades de cada aluno, incluindo aqueles com necessidades especiais , adaptando suas aulas, ajustando - as para atender às necessidades de todos os alunos, usando recursos visuais e auditivos para ajudar os alunos a entender melhor o conteúdo, fornecendo apoio individualizado aos que precisam de ajuda adicional, criando um ambiente acolhedor, onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados, comunicando se com os pais dos alunos com necessidades especiais para garantir que estejam informados sobre o progresso de seus filhos, desenvolvam habilidades de comunicação eficazes para trabalhar com alunos com necessidades especiais, sendo paciente e flexível ao trabalhar com alunos com necessidades especiais, aprendendo sobre tecnologias assistivas que possam ajudar os alunos com necessidades especiais e buscando apoio de colegas e especialistas quando necessário.

A brincadeira é outra ferramenta que pode ajudar no desenvolvimento das crianças e na inclusão delas, pois o brincar é a atividade principal do dia a dia. É importante porque dá a ela o poder de tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua individualidade e identidade por meio de diferentes linguagens, aceitação do outro e do diferente de si, de usar o corpo, os sentidos, os movimentos, de solucionar problemas e criar. Ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da diferença, da natureza e da cultura. Enfim, sua importância se relaciona com a cultura da infância, que coloca a brincadeira como ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as práticas pedagógicas devem assegurar vivências amplas e diversificadas, capazes de promover o desenvolvimento integral da criança. Essas experiências envolvem o conhecimento de si e do mundo por meio de atividades sensoriais, corporais e expressivas, respeitando a individualidade, os ritmos e os desejos infantis.

Além disso, é fundamental a imersão nas diferentes linguagens — gestual, verbal, plástica, dramática e musical —, bem como a vivência de narrativas e o contato com múltiplos gêneros textuais orais e escritos. Também se destacam experiências voltadas às relações quantitativas, às noções de espaço e tempo, ao fortalecimento da autoconfiança, à autonomia, ao cuidado pessoal e ao bem-estar.

As práticas pedagógicas devem ainda favorecer vivências éticas e estéticas, a valorização da diversidade cultural, a curiosidade científica, a interação nas manifestações artísticas, a consciência ambiental e o uso responsável de recursos tecnológicos e midiáticos, ampliando as formas de expressão e aprendizagem das crianças

AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS, A MEDIAÇÃO DOCENTE E A INCLUSÃO POR MEIO DAS BRINCADEIRAS

O trabalho pedagógico precisa estimular a expressão lúdica e o contato com diferentes linguagens, como a oral, a escrita, a visual e a integração entre elas por meio das tecnologias. A criança amplia seu repertório cultural ao participar de conversas, ouvir e contar histórias, cantar, brincar, observar imagens, manusear livros, revistas e recursos digitais. Nesse processo, a mediação crítica do professor é essencial, pois orienta a interpretação de programas, imagens e narrativas, favorecendo a construção de sentidos. Paralelamente, é necessário adotar estratégias específicas para garantir a participação de alunos com necessidades especiais, utilizando recursos auditivos, visuais, táteis, adaptações físicas e metodologias individualizadas. As brincadeiras, quando planejadas de forma inclusiva, tornam-se poderosas ferramentas pedagógicas, pois promovem a interação, o respeito às diferenças e o desenvolvimento social, emocional e cognitivo de todas as crianças.

INCLUSÃO, VALORES HUMANOS E CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE JUSTA

A inclusão ultrapassa o espaço escolar e se

constitui como um ato de amor, respeito e compromisso social. Ao aceitar as pessoas como são, valorizar suas singularidades e oferecer apoio às suas necessidades, promove-se a empatia, a paciência e a compreensão mútua. Esse processo beneficia não apenas os indivíduos, mas também famílias, escolas e toda a sociedade.

Uma sociedade inclusiva é aquela que valoriza todas as pessoas, garante acessibilidade, oferece oportunidades iguais e respeita as diferenças. Para que isso se concretize, são necessárias mudanças culturais, sociais e políticas, além de investimentos em educação e conscientização.

A inclusão contribui para o fortalecimento da autoestima, do sentimento de pertencimento, da saúde mental e dos relacionamentos, reduzindo os efeitos da exclusão. Trata-se de um processo contínuo que exige esforço coletivo, mas que possibilita a construção de um mundo mais justo, harmonioso e humano, no qual as brincadeiras se destacam como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento e a inclusão de todas as crianças.

Incluir significa reconhecer e respeitar as diferenças, garantindo que todas as pessoas tenham direitos, oportunidades e condições de participação social, independentemente de suas características físicas, intelectuais, culturais ou sociais. Trata-se de um compromisso ético com a dignidade humana e com a valorização da diversidade.

Ao promover a inclusão, fortalecem-se valores essenciais como respeito, empatia, solidariedade e cooperação. A convivência com a diversidade contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, capazes de compreender o outro, superar preconceitos e construir relações baseadas no diálogo e na justiça. Assim, a inclusão não beneficia apenas grupos específicos, mas toda a sociedade, ao favorecer ambientes mais humanos, democráticos e acolhedores.

A construção de uma sociedade justa depende da efetivação de políticas públicas, práticas educativas e atitudes cotidianas que assegurem igualdade de oportunidades e acessibilidade para todos. Quando a inclusão é vivenciada de forma concreta, promove-se a redução das desigualdades, o fortalecimento da cidadania e a criação de vínculos sociais mais sólidos. Dessa forma, a inclusão se consolida como caminho indispensável para o desenvolvimento social e para a construção de um futuro mais ético, solidário e justo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão configura-se como um princípio essencial para a garantia da igualdade de oportunidades e para a construção de uma sociedade mais justa, acolhedora e democrática. Ao assegurar que todas as pessoas tenham acesso equitativo a recursos, serviços e espaços de participação, a inclusão contribui para a valorização da diversidade humana, reconhecendo que as diferenças enriquecem as relações sociais e ampliam as possibilidades de aprendizagem, inovação e desenvolvimento coletivo. No contexto educacional, especialmente na Educação Infantil, a inclusão assume papel estratégico ao promover o desenvolvimento integral das crianças desde os primeiros anos de vida.

A escola, enquanto espaço de convivência social, desempenha função fundamental na formação de valores como respeito, empatia, cooperação e solidariedade. Nesse cenário, o professor de Educação Infantil destaca-se como agente central na construção de práticas pedagógicas inclusivas, pois suas ações, atitudes e escolhas metodológicas influenciam diretamente a forma como as crianças percebem e se relacionam com a diversidade. Práticas educativas inclusivas possibilitam que todas as crianças participem ativamente das experiências propostas, respeitando seus ritmos, potencialidades e formas singulares de expressão.

As brincadeiras ocupam lugar de destaque nesse processo, constituindo-se como elemento estruturante do cotidiano da Educação Infantil e como potente instrumento de inclusão. Por meio do brincar, as crianças vivenciam situações que favorecem o desenvolvimento de habilidades sociais, como a comunicação, a cooperação, a escuta e a empatia. As brincadeiras inclusivas permitem que as crianças aprendam a compartilhar, negociar regras, resolver conflitos e reconhecer o outro como sujeito de direitos, fortalecendo vínculos afetivos e promovendo relações baseadas no respeito mútuo.

Além disso, as experiências lúdicas contri-

buem significativamente para a promoção da diversidade e da aceitação das diferenças, uma vez que criam oportunidades para que todas as crianças participem, independentemente de suas habilidades, limitações ou características individuais. Ao brincar juntas, as crianças ampliam sua compreensão sobre o mundo social, desenvolvem atitudes de acolhimento e constroem uma visão positiva da diversidade como elemento natural da convivência humana. Esse processo favorece a desconstrução de preconceitos e a construção de relações mais justas e solidárias.

Outro aspecto relevante das brincadeiras inclusivas é o estímulo à criatividade e à imaginação. Ao permitir que as crianças expressem ideias, sentimentos e pensamentos de forma livre e espontânea, o brincar favorece o desenvolvimento cognitivo, emocional e simbólico. Essas experiências fortalecem a autonomia, a autoestima e a confiança, contribuindo para que as crianças se reconheçam como capazes, pertencentes e valorizadas no grupo social.

Os benefícios da inclusão, potencializados pelas práticas lúdicas, refletem-se não apenas no desenvolvimento individual das crianças, mas também na construção de um ambiente escolar mais saudável e acolhedor. O sentimento de pertencimento, a ampliação de oportunidades de aprendizagem, o fortalecimento do bem-estar emocional e a promoção da felicidade são resultados de práticas educativas que valorizam a participação e o reconhecimento de todos. Assim, a inclusão torna-se um processo contínuo, que exige sensibilidade, reflexão e compromisso coletivo por parte da escola, das famílias e da comunidade.

Conclui-se, portanto, que brincar e incluir são ações indissociáveis no contexto da Educação Infantil. Ao investir em práticas pedagógicas inclusivas mediadas pelo brincar, a escola contribui para a formação de crianças mais empáticas, respeitosas e conscientes da diversidade. Dessa forma, fortalece-se a construção de uma sociedade mais harmoniosa, solidária e inclusiva, na qual cada indivíduo é reconhecido em sua singularidade e tem garantido o direito de participar plenamente da vida social desde a infância.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

FRIEDMANN, Adriana et alii. O direito de brincar: a brinquedoteca. São Paulo: Scritta; ABRINQ, 1992.

KAMII, Constance e DEVRIES, Rheta. Jogos em Grupo na educação infantil: implicações da Teoria de Piaget. Tradução: Marina Célia Dias Carrasqueira. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.

KINNEY, Linda; WHARTON, PAT. Tornando visível a aprendizagem das crianças. Tradução:Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.) Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos Infantis: O jogo, a criança e a educação. 15ª. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

7. Mendes, E. (2020). Inclusão e Acessibilidade: Desafios e Perspectivas. Editora XYZ Oliveira, R. (2021). Diversidade e Inclusão no Mercado de Trabalho. Instituto de Pesquisa Empresarial.

Organização das Nações Unidas. (2015). Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. portal.mec.gov.br

Souza, A. (2019). A Importância da Inclusão na Educação. Revista Brasileira de Educação.